



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de serviços para a realização da CAF e das AEC, no 1.º CEB, e das AAAF e Programa “Férias Divertidas Verão 2026”, na Educação Pré-Escolar, no Ano Letivo 2025/2026

21/2025-CP-DE

CADERNO DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para **Aquisição de serviços para a realização da Componente de Apoio à Família (CAF) e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no 1.º CEB, e das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e Programa “Férias Divertidas Verão 2026”, na Educação Pré-Escolar, no Ano Letivo 2025/2026**, nos termos das Cláusulas Técnicas Especiais e Anexo I.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 meses ou até ao limite do preço contratual definido, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a

Preço Base

1. O valor base para efeito do presente procedimento é de 588.000,00 € (quinhentos e oitenta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

2. O preço base referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicatária, nomeadamente os relativos ao transporte de bens e pessoas, alojamento, alimentação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, se aplicável.
3. A não utilização da totalidade do valor contratual não dá direito a qualquer indemnização, compensação ou reposição do equilíbrio financeiro do contrato, por eventual quebra de expectativas.

Cláusula 5.^a

Local de Prestação de Serviços

Os serviços deverão ser executados nos locais definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo de, atenta a natureza e a exigência de algumas componentes, os mesmos poderem vir a ser prestados em outras instalações da entidade adjudicante ou outro local por ela indicado.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 6.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Garantir a qualidade da prestação do serviço conforme os requisitos técnicos e níveis de serviço definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - b. Não alterar as condições da prestação dos serviços previstas neste Caderno de Encargos;
 - c. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, a sua situação jurídica e a sua situação comercial, com relevância para a prestação de serviços;
 - e. Comunicar ao município a nomeação do gestor do cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
 - f. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. Os serviços objeto do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento devem ser executados conforme os requisitos técnicos e níveis de serviço definidos pelas melhores técnicas e boas práticas para a execução destes trabalhos.
2. O prestador do serviço será responsável perante o município por qualquer discrepância, vícios, inaptidão ou má execução dos serviços prestados e dos bens entregues, e pela inobservância das características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas ao presente caderno de encargos, que venham a ocorrer no momento da execução dos trabalhos.
3. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deverá proceder à sua custa e segundo as indicações de prazo e modo que forem determinadas pelo município, aos trabalhos necessários para repor a conformidade dos serviços contratualizados ao cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

Cláusula 8.^a

Conformidade e garantia técnica

1. O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Bragança em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
2. A entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ela designado, procederá a ações de inspeção quantitativa e qualitativa dos serviços prestados ou a prestar, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei e no contrato.
3. A entidade adjudicatária deve garantir os mais altos padrões de qualidade dos serviços prestados.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 9.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e, exclusivamente, à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a

Proteção de dados pessoais e RGPD

1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, atentos os efeitos do contrato e do respetivo caderno de encargos, o cocontratante assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, a obrigação do escrupuloso cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede do tratamento de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem como no âmbito da transferência de dados e gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros.
2. Para efeitos do disposto no número anterior da presente cláusula, é aplicável o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, com especial acuidade o artigo 4.º, as deliberações do Grupo de Trabalho previsto no artigo 29.º, e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679.
3. Para efeitos do disposto nesta cláusula e em tudo o que contenda com a proteção de dados pessoais, o cocontratante obriga-se, sempre que aplicável o artigo 28.º do RGPD, ao cumprimento do disposto no **Anexo 1 – “Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais”**, que constitui parte integrante deste caderno de encargos, o qual, no momento da assinatura do contrato, se obriga a assinar, sendo considerado, para todos os efeitos, anexo ao contrato celebrado e parte integrante do mesmo.

Secção II

Obrigações do Município de Bragança

Cláusula 11.^a

Preço contratual

Pela prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança obriga-se a pagar o valor das respetivas faturas após verificar a sua conformidade até ao limite do valor contratual.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1. A faturação será mensal em função dos serviços prestados durante o mês a que respeita.
2. O pagamento da fatura será efetuado no prazo máximo de sessenta dias contados da sua apresentação.

Cláusula 13.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Penalidades contratuais

1. No caso de não cumprimento dos prazos fixados para a prestação dos serviços objeto do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, é cominável com multa calculada através da aplicação da fórmula $\{P = V \times A / 500\}$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato de prestação dos serviços e A é o número de dias em atraso.
2. Havendo lugar a penalidades, o valor correspondente será deduzido na importância a pagar ao prestador de serviços.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do contraente público

1. A entidade adjudicante poderá rescindir total ou parcialmente o contrato sempre que, por razões imputáveis ao adjudicatário, o normal fornecimento se encontre gravemente prejudicada.
2. A rescisão do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.
3. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.

Cláusula 16.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1. O adjudicatário poderá exercer o direito à rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no contrato.
2. A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar a prestação dos serviços num prazo de trinta dias a contar da data da notificação à entidade pública contratante.
3. O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato, atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador dos serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 17.^a

Revisão de Preços

Não é admitida a revisão ou atualização de preços durante o prazo de vigência do contrato.

Cláusula 18.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação dos serviços, nomeadamente, os legalmente exigidos, bem como o de responsabilidade civil, e aquele que se vislumbre como necessário para a salvaguarda do interesse público, no âmbito do prazo de execução dos serviços.
2. O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

Cláusula 19.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente concurso.
 - b. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no CCP, na sua redação atual, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 21.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriado.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que estiver omissa no presente Caderno de Encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, designadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- b) Diretiva 2014/24/CE, de 26 de fevereiro;
- c) Código de Procedimento Administrativo;
- d) Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto;
- e) Na demais legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Capítulo I

Disposições Comuns

Cláusula 1.ª

Objeto

O objeto do contrato consiste na Aquisição de serviços para a realização da CAF e das AEC, no 1.º CEB, e das AAAF e Programa “Férias Divertidas Verão 2026”, na Educação Pré-Escolar, no Ano Letivo 2025/2026, e em cumprimento do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto, com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, e com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho:

1. CAF: Assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º CEB antes e depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular;
2. AEC: Promover atividades lúdicas, formativas e culturais, de carácter facultativo, que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação;
3. AAAF: assegurar o acompanhamento das crianças da educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas, nos períodos da manhã e da tarde, compreendendo o Prolongamento de Horário, e, em dias úteis, nas interrupções das atividades educativas;
4. “Programa Férias Divertidas de Verão 2026”: assegurar, em dias úteis, o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar, no período de férias de verão compreendido entre dois anos letivos definidos no calendário escolar pelo Ministério da Educação.

Cláusula 2.ª

Períodos de Funcionamento

1. A CAF, as AEC e as AAAF - Prolongamento de Horário funcionarão nos seguintes períodos:
 - b. **1.º Período:** de 11 de setembro a 16 de dezembro de 2025;
 - c. **2.º Período:** de 5 de janeiro a 27 de março de 2026 (interrompe na pausa do Carnaval, de 16 a 18 de fevereiro de 2026);
 - d. **3.º Período:** de 13 de abril a 30 de junho de 2026.
2. As AAAF – Interrupções das Atividades Educativas funcionarão, nos dias úteis, nos seguintes períodos:
 - a. **Natal:** de 16 de dezembro de 2025 a 5 de janeiro de 2026;
 - b. **Carnaval:** de 16 de fevereiro de 2026 a 18 de fevereiro de 2026;
 - c. **Páscoa:** de 30 de março de 2026 a 10 de abril de 2026.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

3. O Programa “Férias Divertidas Verão 2026” funcionará no período de 1 de julho a 14 de setembro de 2026.

Capítulo II

CAF - Componente de Apoio à Família

Cláusula 3.^a

Objetivos

A realização da CAF, no Ano Letivo 2025/2026 e no âmbito do presente procedimento, tem como objetivos:

1. Valorizar as expressões culturais e artísticas, criando oportunidades de experiências novas, ricas e diversificadas que contribuam para a formação integral dos alunos;
2. Construir uma rede interdisciplinar e integrada dos saberes, explorando vertentes diversificadas com recurso a canais e linguagens distintas das utilizadas na componente curricular;
3. Ampliar as dimensões do “saber fazer”, do “saber estar” e do “ser”, onde o trabalho colaborativo, a resolução de problemas, a autonomia e a criatividade se assumem como competências essenciais para a adaptação social e para o sucesso educativo dos alunos;
4. Desenvolver a sociabilidade, fomentando espaços de partilha e o convívio entre pares;
5. Contribuir para a melhoria do serviço público prestado pelo município na área da educação.

Cláusula 4.^a

Locais da prestação de serviços

A CAF decorrerá nas escolas: EB1 Artur Mirandela, EB1 Augusto Moreno, EB1 das Beatas, EB1 do Campo Redondo, Centro Escolar da Sé, Centro Escolar de Santa Maria, sem prejuízo de, atenta a natureza e a exigência de algumas componentes, a mesma poder vir a decorrer em outras instalações da entidade adjudicante, em espaços da comunidade ou outros locais por ela indicados.

Cláusula 5.^a

Constituição de grupos/turmas

1. Os grupos/turmas para a CAF serão constituídas de acordo com as definições constantes no Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto, na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.
2. Da experiência da oferta da CAF no ano letivo de 2024/2025 e do número de inscrições recebidas até ao momento no Serviço de Educação do Município de Bragança, resultaram os seguintes totais estimados de grupos/turmas:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Agrupamento de Escolas	Escola	Total de grupos/Turmas	Total estimado de alunos
Abade de Baçal	EB1 Artur Miranda	1	25
	EB1 Augusto Moreno	4	100
Emídio Garcia	EB1 das Beatas	2	50
	EB1 do Campo Redondo	2	50
	Centro Escolar da Sé	5	125
Miguel Torga	Centro Escolar de Santa Maria	4	100
		18	450

3. Sempre que se verificar um número de inscrições que ultrapasse o total estimado de alunos constante da tabela do ponto anterior em alguma escola, deverá o prestador de serviços assegurar a criação de um grupo/turma adicional, distribuindo o número de alunos participantes pelo total de grupos/turmas existentes.
4. O Município de Bragança não se obriga a adquirir a totalidade das quantidades definidas no ponto dois, se vier a verificar não serem necessárias para responder ao número de alunos inscritos nas atividades.

Cláusula 6.^a

Horário de funcionamento

O horário de funcionamento é das 8h00 às 09h00, período da manhã, e das 17h00 às 19h00, período da tarde, em dias úteis.

Cláusula 7.^a

Número de técnicos e distribuição

O prestador de serviços deve colocar, em cada escola, os técnicos necessários ao bom funcionamento da CAF, em permanência, nos seguintes termos:

1. Um técnico por grupo/turma, responsável pelo acompanhamento e apoio aos alunos, com frequência ou conclusão de formação superior numa das áreas referidas no n.º 2 da cláusula 13.^a das presentes Cláusulas Técnicas.
2. Assegurar aos técnicos a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à prestação dos serviços, nomeadamente seguro de Acidentes de Trabalho, com apresentação na Divisão de Educação do Município de Bragança dos documentos comprovativos da sua contratualização antes de iniciar as atividades.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo III

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

Cláusula 8.^a

Objetivos

As AEC, oferecidas aos alunos do 1.º CEB e organizadas pelo Município de Bragança em articulação com os agrupamentos de escolas, no Ano Letivo 2025/2026, no âmbito do presente procedimento, têm como objetivos:

1. Desenvolver nos alunos, em articulação com os técnicos titulares de grupo/turma, competências nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação;
2. Desenvolver a sociabilidade, fomentando espaços de partilha e o convívio entre pares;
3. Contribuir para a aquisição de novas aprendizagens e competências e para o reforço das relações sociais;
4. Contribuir para a melhoria do serviço público prestado pelo município na área da educação.

Cláusula 9.^a

Identificação das Atividades de Enriquecimento Curricular

O Prestador de serviços deve assegurar o desenvolvimento das seguintes atividades:

1. Para os 1.º e 2.º anos de escolaridade:
 - a. Ensino do Inglês;
 - b. Ensino da Música;
 - c. Corpo em Movimento (atividades físicas, atividades desportivas, expressão dramática,...);
 - d. Aprender Fazendo (artes plásticas, artes visuais, manualidades, atividades artesanais,... preferencialmente ligadas ao património cultural imaterial local).
2. Para os 3.º e 4.º anos de escolaridade:
 - a) Ensino da Música;
 - b) Corpo em Movimento (atividades físicas, atividades desportivas, expressão dramática,...);
 - c) Aprender Fazendo (artes plásticas, artes visuais, manualidades, atividades artesanais,... preferencialmente ligadas ao património cultural imaterial local).

Cláusula 10.^a

Locais da prestação de serviços

As AEC decorrerão nas escolas: EB1 Artur Mirandela, EB1 Augusto Moreno, EB1 de Izeda, EB1 de Parada, EB1 de Santa Comba de Rossas, EB1 das Beatas, EB1 do Campo Redondo, Centro Escolar da Sé, EB1 de Rebordãos e Centro Escolar de Santa Maria, sem prejuízo de, atenta a



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

natureza e a exigência de algumas componentes, as mesmas poderem vir a decorrer em outras instalações da entidade adjudicante, em espaços da comunidade ou outros locais por ela indicados.

Cláusula 11.^a

Constituição de grupos/turmas

- Os grupos/turmas para as AEC serão constituídos de acordo com as definições constantes no Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto, na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.
- Os totais estimados de grupos/turmas e de alunos são os constantes do quadro seguinte:

Agrupamento de Escolas	Escola	Localidade	Total de grupos/turmas por ano de escolaridade					Total de alunos estimado
			1.º	2.º	3.º	4.º	Σ	
Abade de Baçal	EB1 de Izeda	Izeda	1		1		2	14
	EB1 de Parada	Parada	1		1		2	10
	EB1 de Santa Comba Rossas	Santa Comba Rossas	1		1		2	14
	EB1 Augusto Moreno	Bragança	3	2	3	3	11	228
	EB1 Artur Mirandela	Bragança	1		1		2	25
	19							291
Emídio Garcia	Centro Escolar da Sé	Bragança	3	3	3	2	11	259
	EB1 das Beatas	Bragança	1	1	1	1	4	89
	EB1 do Campo Redondo	Bragança	1	1	1	1	4	85
	EB1 de Rebordãos	Rebordãos	1		1		2	20
	21							453
Miguel Torga	Centro Escolar de Santa Maria	Bragança	3	3	3	3	12	205
Total								52
								949

Cláusula 12.^a

Horários e duração das atividades

- A constituição dos horários para as diferentes AEC será elaborada pelo Município de Bragança em articulação com os agrupamentos de escolas.
- A duração das diferentes atividades é a constante do quadro seguinte:

ATIVIDADE	1.º e 2.º anos		3.º e 4.º anos		Total Semanal (h)
	Duração semanal (h)	Total (h)	Duração semanal (h)	Total (h)	
Ensino do Inglês	1	26	-----	-----	26
Ensino da Música	1	26	1	26	52
Corpo em Movimento	2	52	2	52	104
Aprender Fazendo	1	17	2	32	49



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

3. No Agrupamento de Escolas Abade Baçal a atividade “Aprender Fazendo” não será desenvolvida no ano letivo 2025/2026.
4. O Município de Bragança não se obriga a adquirir a totalidade das quantidades definidas no ponto dois, se vier a verificar não serem necessárias para responder ao número de alunos inscritos nas atividades.

Cláusula 13.^a

Horário de funcionamento

O horário de funcionamento das AEC é flexível, sem prejuízo da normal duração semanal e diária das atividades curriculares.

Cláusula 14.^a

Número de técnicos, distribuição e formação

1. Tendo por base o número de grupos/turmas existentes nas escolas do 1.º CEB, o prestador de serviços deverá colocar os técnicos na quantidade necessária ao bom funcionamento das atividades:
2. Os técnicos a colocar deverão possuir formação superior adequada ao desenvolvimento das atividades programadas e ao escalão etário do público-alvo nos seguintes termos:
 - a. Ensino do Inglês: Licenciatura em Línguas Estrangeiras: Inglês e Espanhol; Línguas para Relações Internacionais; Línguas, Literaturas e Culturas – Inglês; Línguas e Literaturas Modernas – Variante de Estudos Portugueses e Ingleses; Línguas Modernas; outra formação adequada e/ou especializada para a função;
 - b. Ensino da Música: Licenciatura em Música, variante de formação musical; Educação Musical; Ciências Musicais; Estudos Musicais Aplicados; Música na Comunidade; outra formação adequada e/ou especializada para a função;
 - c. Corpo em Movimento: Licenciatura em Desporto; Ciências do Desporto; Gestão do Desporto; Educação Física e Desporto; Desporto e Atividade Física; Desporto e Bem Estar; Dança; Teatro e Artes Performativas; Artes Dramáticas; outra formação adequada e/ou especializada para a função;
 - d. Aprender Fazendo: Licenciatura em Educação Básica; Animação e Produção Artística; Animação Sociocultural; Animação Socioeducativa; Artes Plásticas; Artes Visuais; Artes Plásticas e Multimédia; outra formação adequada e/ou especializada para a função.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo IV

AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família

Cláusula 15.^a

Objetivos

A realização das AAAF no Ano Letivo 2025/2026, no âmbito do presente procedimento, tem como objetivos:

- a. Desenvolver nas crianças, em articulação com as educadoras titulares de grupo/turma, competências nos domínios da Expressão e Comunicação - Subdomínios das Artes Visuais, do Jogo Dramático/Teatro, da Música e da Dança e do Conhecimento do Mundo - Mundo Social e Mundo Físico e Natural;
- b. Desenvolver a sociabilidade, fomentando espaços de partilha e o convívio entre pares;
- c. Contribuir para a aquisição de novas aprendizagens e competências e para o reforço das relações sociais;
- d. Contribuir para a melhoria do serviço público prestado pelo município na área da educação.

Cláusula 16.^a

Locais de Funcionamento

Os locais para o desenvolvimento das AAAF - Prolongamento de Horário e Interrupções das Atividades Educativas - são: Centro Escolar de Santa Maria, Centro Escolar da Sé, Jardim de Infância da Estação e Jardim de Infância de São Tiago.

Secção I

Prolongamento do Horário

Cláusula 17.^a

Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento é, dias úteis, das 7h45 às 09h15, período da manhã, e das 15h15 às 19h15, período da tarde.

Cláusula 18.^a

N.º de Assistentes Educativos e Distribuição

1. O prestador de serviços deve colocar, em cada jardim de infância, os recursos humanos necessários ao bom funcionamento das atividades e acompanhamento das crianças, em permanência, nos seguintes termos:
 - a. Um Assistente Educativo por grupo/turma, responsável pelo enquadramento pedagógico e ocupacional das crianças, com frequência ou conclusão de formação em



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Animação Cultural, Animação Sociocultural, Animação Socioeducativa, Animação e Prática Desportiva ou outra formação adequada e/ou especializada para a função;

- b. O número de assistentes e a sua distribuição são os constantes do quadro seguinte:

LOCAL	QUANTIDADE
Jardim de Infância do Centro Escolar de Santa Maria	4
Jardim de Infância do Centro Escolar da Sé	4
Jardim de Infância da Estação	5
Jardim de Infância de São Tiago	3
Total	16

Secção II

Interrupções das Atividades Educativas

Cláusula 19.^a

Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento é, dias úteis, das 9h00 às 17h30, com tolerância das 7h45 às 09h00 e das 17h30 às 19h15.

Cláusula 20.^a

N.º de Participantes e Distribuição

1. Tendo por base o número de crianças participantes nas edições anteriores destas atividades prevê-se uma participação com os seguintes números:

Jardim de Infância	Natal 2024	Carnaval 2025	Páscoa 2025
J. I. Centro Escolar de Santa Maria	46	25	56
J. I. Centro Escolar da Sé	54	23	54
Jardim de Infância da Estação	45	16	35
Jardim de Infância de São Tiago	32	26	52
TOTAL	177	90	197

2. Atendendo aos números previstos no ponto anterior há necessidade de criar dois grupos por Jardim de Infância, na Interrupção das Atividades Educativas do Natal e na Interrupção das Atividades Educativas da Páscoa.
3. Sempre que se verificar um número de inscrições superior ao previsto no ponto anterior que ultrapasse o total de 50 crianças em algum dos Jardins de Infância, deverá o prestador de serviços assegurar a criação de um terceiro grupo nesse jardim de infância, distribuindo o



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

número das crianças participantes pelos três grupos.

4. O Município de Bragança não se obriga a adquirir a totalidade das quantidades definidas no ponto dois, se vier a verificar não serem necessárias para responder ao número de crianças inscritas nas atividades.

Cláusula 21.^a

N.º de Assistentes Educativos e Distribuição

1. O prestador de serviços deve colocar, em cada jardim de infância, os recursos humanos necessários ao bom funcionamento das atividades e acompanhamento das crianças, em permanência, nos seguintes termos:
 - a. Um Assistente Educativo por grupo/turma, responsável pelo enquadramento pedagógico e ocupacional das crianças, com frequência ou conclusão de formação em Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Animação Cultural, Animação Sociocultural, Animação Socioeducativa, Animação e Prática Desportiva ou outra formação adequada e/ou especializada para a função;
 - b. Dois monitores com experiência em atividades com crianças em cada grupo.
 - c. Um Assistente Educativo especializado, no Jardim de Infância da Estação, para acompanhamento das crianças abrangidas pelas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Cláusula 22.^a

Forma da Prestação de Serviços

1. O prestador de serviços deve:
 - a. Elaborar e apresentar ao Município de Bragança, junto com a proposta, o plano de atividades e respetivo cronograma, para articulação com os agrupamentos de escolas nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 4.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto;
 - b. Fazer o acompanhamento a todas as crianças inscritas, no período de almoço, entre as 12:30h e as 14:00h, no respetivo jardim de infância;
 - c. Disponibilizar os materiais necessários ao desenvolvimento das atividades em cada jardim de infância;
 - d. No final de cada interrupção letiva o prestador de serviços deve elaborar e apresentar ao Município relatório discriminativo dos principais acontecimentos e atividades ocorridos nesse período.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo V

Programa “Férias Divertidas Verão 2026”

Cláusula 23.^a

N.º de participantes e distribuição

1. Tendo por base o número de crianças participantes nas edições anteriores destas atividades prevê-se uma participação com os seguintes números:

Jardim de Infância	Verão 2024
J. I. Centro Escolar de Santa Maria	61
J. I. Centro Escolar da Sé	64
Jardim de Infância da Estação	64
Jardim de Infância de São Tiago	54
Total	243

2. Atendendo aos números previstos no ponto anterior há necessidade de criar dois grupos por Jardim de Infância.
3. Sempre que se verificar um número de inscrições superior ao previsto no ponto anterior que ultrapasse o total de 50 crianças em algum dos Jardins de Infância, deverá o prestador de serviços assegurar a criação de um terceiro grupo nesse jardim de infância, distribuindo o número das crianças participantes pelos três grupos.
4. O Município de Bragança não se obriga a adquirir a totalidade das quantidades definidas no ponto dois, se vier a verificar não serem necessárias para responder ao número de crianças inscritas nas atividades.

Cláusula 24.^a

Locais e Forma da Prestação de Serviços

1. Os locais para o desenvolvimento das atividades são: Centro Escolar de Santa Maria, Centro Escolar da Sé, Jardim de Infância da Estação e Jardim de Infância de São Tiago.
2. O horário de funcionamento é dias úteis das 9h00 às 17h30 com tolerância das 7h45 às 09h00 e das 17h30 às 19h15.
3. O prestador de serviços deve:
- a. Elaborar e apresentar ao Município de Bragança, junto com a proposta, o plano de atividades e respetivo cronograma, para articulação com os agrupamentos de escolas nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 4.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, envolvendo:
 - i. Uma ida à piscina ao ar-livre do Clube Académico de Bragança, por semana e por Jardim de Infância, durante os meses de julho e agosto, suportando o custo da entrada de todas as crianças;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- ii. Realização de uma festa de encerramento das atividades, em espaço público, ao ar livre, com a participação de todas as crianças inscritas que, no mínimo, inclua a disponibilização de um número de insufláveis adequado ao n.º de participantes e faixa etária, animação musical e fornecimento de lanche a todas as crianças.
- b. Colocar, em cada jardim de infância, os recursos humanos necessários ao bom funcionamento das atividades e acompanhamento das crianças, em permanência, nos seguintes termos:
 - i. 1 educador especializado e responsável pelo enquadramento pedagógico e ocupacional das crianças, em cada grupo;
 - ii. 2 monitores com experiência em atividades com crianças em cada grupo;
 - iii. 1 assistente operacional, por Jardim de Infância, para acompanhamento das crianças nas deslocações à piscina ao ar-livre;
 - iv. 1 educador especializado, no Jardim de Infância da Estação, para acompanhamento das crianças abrangidas pelas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho;
- c. Fazer o acompanhamento a todas as crianças inscritas, no período de almoço, entre as 12:30h e as 14:00h, no respetivo jardim de infância.
- d. Disponibilizar os materiais necessários ao desenvolvimento das atividades em cada jardim de infância.
- e. No final do período do Programa Férias Divertidas Verão 2026, o prestador de serviços deve elaborar e apresentar ao Município um relatório discriminativo dos principais acontecimentos e atividades ocorridos nesse período.

Capítulo VI

Gestão Operacional das Atividades

Cláusula 25.^a

Coordenação Pedagógica

A prestação dos serviços implica:

- 1. Colocação de um técnico com formação superior e experiência na coordenação de projetos que envolvam crianças e jovens para coordenação de toda a equipa de técnicos afetos à CAF e às AEC;
- 2. Colocação de um técnico com formação superior e experiência na coordenação de projetos que envolvam crianças e jovens para coordenação de toda a equipa de técnicos, monitores e assistente educativo afetos às AAAP – Prolongamento de Horário, AAAP - Interrupções das Atividades Educativas e do Programa “Férias Divertidas Verão 2026”.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 26.^a

Colocação dos técnicos

1. Com uma antecedência mínima de cinco dias em relação à data de início da CAF e das AEC, o prestador de serviços deve enviar à Divisão de Educação do Município de Bragança, por correio eletrónico, a lista de afetação dos técnicos, bem como todos os elementos biográficos a eles relativos, que incluam:
 - a) Curriculum Vitae, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional e quaisquer outros elementos relevantes;
 - b) Documentos comprovativos das habilitações académicas e da experiência de trabalho com crianças e jovens.
2. Sempre que se verifiquem alterações aos registos biográficos dos técnicos, o prestador de serviços deverá comunicá-las imediatamente ao Município de Bragança.
3. O prestador de serviços fica obrigado, no prazo máximo de cinco dias, a proceder, em articulação com o Município, à substituição dos técnicos, sempre que, de modo comprovado, se verifique a sua inadaptação ou incapacidade para desenvolver a sua atividade de forma adequada, quer sob o ponto de vista pedagógico quer no âmbito da relação pedagógica ou do sistema de inter-relações.

Cláusula 27.^a

Remunerações dos técnicos

1. O prestador de serviços fica obrigado a cumprir com o valor das remunerações dos técnicos nos termos seguintes:
 - a) A posição remuneratória de referência para os técnicos titulares de licenciatura ou de grau académico superior que venham a exercer funções a tempo integral (35 horas semanais) será a correspondente à 2.^a posição remuneratória da categoria de técnico superior, nos termos do n.º 7 do artigo 38.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
 - b) Para os técnicos que venham a exercer funções a tempo parcial, o valor da hora normal de trabalho não pode ser inferior a 8,50 € (oito euros e cinquenta cêntimos) para todos os técnicos das AAAP e CAF e de 10,00 € (dez euros) para todos os técnicos das AEC;
 - c) Assegurar o pagamento aos técnicos de duas horas de reunião mensais;
 - d) Assegurar o pagamento aos técnicos até ao dia 10 do mês seguinte ao da prestação de serviços realizada;
 - e) Contemplar um subsídio de transporte para as escolas com uma distância superior a 20 Kms da sede do Agrupamento de Escolas ao valor de 0,36€ o quilómetro.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 28.^a

Assiduidade e substituição dos técnicos

1. Em caso de falta ou impedimento pontual de um técnico, o prestador de serviços terá de assegurar a sua substituição.
2. Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte de um técnico, o prestador de serviços terá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil.
3. Na situação referida no número anterior, o prestador de serviços fica obrigado a informar, de imediato e por escrito, o Município de Bragança, bem como a proceder à entrega do respetivo certificado de habilitações do técnico.
4. O prestador de serviços deverá preencher um Mapa Mensal de Assiduidade, até ao dia 08 do mês seguinte ao mês de desenvolvimento das atividades a que respeita, para confirmação pela Divisão de Educação do Município de Bragança.

Cláusula 29.^a

Recursos materiais

1. É da responsabilidade do prestador de serviços disponibilizar aos alunos e técnicos todo o tipo de manuais, documentos e materiais que sirvam de suporte ao desenvolvimento das atividades.
2. Para o desenvolvimento da atividade “Corpo em Movimento” o prestador de serviços deve fornecer um “kit mínimo” de material de apoio composto por:

Material	Quantidade
Bases	52
Bastões	104
Junções	104
Cones c/Orifícios	26
Bases retangulares	52
Conjunto de bases sinalizadoras	13
Bolas de Ginástica 1, 2 e 3	130
Cordas (2,5m)	130
Arcos	156
Conjuntos de testemunhos	40
Coletes	130
Bomba de encher bolas	13
Bola de futebol	26
Bola de andebol (iniciação)	26
Bola de basquetebol	26



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Bola de voleibol (iniciação)	26
Bolas de espuma	130

3. O material/equipamento a fornecer terá de ser novo e, no final do ano letivo, entregue ao Município de Bragança.

Cláusula 30.^a

Orientações programáticas e supervisão pedagógica

1. As orientações programáticas e referentes a material didático, divulgadas no site da Direção Geral de Educação, acessíveis a partir de <https://www.dge.mec.pt/aec-atividades-de-enriquecimento-curricular>, deverão ser obrigatoriamente cumpridas pelos técnicos nas áreas aplicáveis, até o Município de Bragança fornecer as orientações programáticas a seguir em cada uma das AEC.
2. A supervisão pedagógica e acompanhamento da execução da CAF e AEC, no 1.º CEB, é competência dos agrupamentos de escolas.
3. A contratação do serviço inclui a participação dos técnicos em reuniões de avaliação e outras convocadas pelas direções dos agrupamentos de escolas, assim como a articulação com os professores titulares dos grupos/turmas.
4. O prestador de serviços fica obrigado a entregar, quer ao Município de Bragança quer aos Agrupamentos de Escolas, uma planificação anual das atividades de carácter modular e em articulação entre elas.

Cláusula 31.^a

Formação, avaliação e monitorização das atividades

1. O prestador de serviços é responsável pela qualidade das atividades.
2. O prestador de serviços assegurará todos os meios indispensáveis à execução de um plano de formação contínua e de acompanhamento das atividades, ao longo do ano letivo 2025/2026, devendo indicar o mesmo na proposta.
3. O prestador de serviços deverá realizar uma reunião por período letivo, com o Município de Bragança, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação.
4. O prestador de serviços fica, ainda, obrigado a entregar ao Município de Bragança, no final do ano letivo 2025/2026, um relatório de avaliação das atividades, que incidirá sobre os seguintes itens:
 - a) Taxa de frequência/assiduidade por parte dos alunos;
 - b) Grau de satisfação dos alunos e dos professores;
 - c) Apreciação das condições logísticas de funcionamento;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

- d) Apreciação da supervisão e articulação pedagógica;
- e) Constrangimentos e Recomendações.

Cláusula 32.^a

Seguros

O prestador de serviços fica obrigado a assegurar a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação dos serviços e à participação das crianças inscritas nas atividades, nomeadamente, de Responsabilidade Civil Geral, Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais de Grupo, com apresentação ao Serviço de Educação do Município de Bragança dos documentos comprovativos da sua contratualização antes de iniciar as atividades das AEC, CAF, AAAF e Programa “Férias Divertidas Verão 2026”.

Capítulo VII

Cláusula 33.^a

Responsabilidade do Município de Bragança

1. Na CAF, AAAF e Programa “Férias Divertidas Verão 2026”, o Município de Bragança assegura:
 - a) O processo de inscrição das crianças nas atividades e a faturação e recebimento dos valores referentes à comparticipação familiar;
 - b) Acesso gratuito às crianças participantes nas AAAF - Interrupções das Atividades Educativas e Programa “Férias Divertidas Verão 2026” e aos respetivos acompanhantes aos equipamentos municipais e a atividades organizadas pelo Município;
 - c) Transporte para deslocação aos equipamentos e atividades em articulação, uma em cada Interrupção das atividades Educativas e duas no Programa “Férias Divertidas Verão 2026”, dentro da disponibilidade de meios da Divisão de Logística e Mobilidade;
 - d) Transporte das crianças do Jardim de Infância da Estação e Jardim de Infância do Centro Escolar de Santa Maria à piscina do Clube Académico de Bragança, uma vez por semana, nos meses de julho e agosto (Programa “Férias Divertidas de Verão 2026”).



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Anexo - I

Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais (quando aplicável)

Considerando que o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (doravante RGPD) aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros ou a eles destinados. A Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;

Considerando que o RGPD é aplicável a entidades públicas e privadas, sendo assim aplicável aos Outorgantes supra identificados;

Considerando que se impõe dar cumprimento ao disposto no artigo 28.º do RGPD que obriga à celebração de um contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados Membros, sempre que o tratamento de dados pessoais seja efetuado em regime de subcontratação;

Os Outorgantes acordam celebrar o presente “Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais” que se rege pelas cláusulas seguintes, visando assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 e demais legislação aplicável.

Cláusula 1

(Definições)

Neste Acordo, os termos adiante referidos terão o seguinte significado:

- 1. Acordo** - O presente Acordo;
- 2. RGPD** - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento europeu e do conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)
- 3. Autoridade de controlo** - Autoridade com competência em matéria de privacidade ou proteção de Dados Pessoais. A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) é a Autoridade de Controlo nacional para efeitos do RGPD.
- 4. Dados pessoais** - informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

5. Tratamento de Dados Pessoais - Operação ou conjunto de operações efetuadas sobre Dados Pessoais, com ou sem recurso a meios automatizados, incluindo recolha, registo, organização, armazenamento, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação, disponibilização, alinhamento, combinação, bloqueamento, apagamento e destruição de Dados Pessoais, tal como definidos no artigo 4º, 2) do RGPD;

6. Responsável pelo tratamento - a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais;

7. Subcontratante - uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.

Cláusula 2

(Objeto e Finalidade de Tratamento)

1. O presente Acordo tem por objeto o tratamento de dados pessoais no âmbito do desenvolvimento das atividades previstas no presente caderno de encargos
2. Os Outorgantes obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto.

Cláusula 3

(Tipos de Dados Pessoais Tratados)

São objeto de tratamento, para efeitos do presente Acordo, os seguintes tipos de dados pessoais: Qualquer informação relativa a uma pessoa singular, identificada ou identificável, tal como definido no artigo 4º, 1) do RGPD.

Cláusula 4

(Categorias dos titulares dos dados)

1. Os dados pessoais objeto de tratamento, para efeitos do presente Acordo, podem incluir-se nas categorias de dados de identificação; dados de contacto; dados de faturação; dados de vida familiar, dados da vida profissional, informações de ordem financeira e patrimonial, dados de tráfego e de localização, dados de navegação na internet, outras categorias de dados pessoais não sensíveis. Definição de perfis, dados enquadráveis no art.º 9.º, n.º 1 do RGPD (categorias especiais de dados pessoais) dados enquadráveis no art.º 10.º do RGPD (relacionados com condenações penais e infrações).
2. Os dados pessoais enquadráveis nas categorias de definição de perfis, dados enquadráveis no art.º 9.º, n.º 1 do RGPD (categorias especiais de dados pessoais) dados enquadráveis no art.º 10.º do RGPD (relacionados com condenações penais e infrações), deverão ser objeto de medidas técnicas e organizativa adicionais.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 5

(Obrigações do responsável pelo tratamento)

Nos termos, e para efeitos do presente Acordo, constituem obrigações do Responsável pelo tratamento, designadamente:

- a) Aplicação de medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que o tratamento é realizado em conformidade com o RGPD;
- b) Informar o Subcontratante de todas as circunstâncias relevantes para a realização do tratamento dos dados, atendendo sobretudo à especificidade do âmbito descrito no presente Acordo e potenciais riscos envolvidos;
- c) Comunicar ao Subcontratante qualquer alteração que se tenha verificado nos dados pessoais em tratamento e que possam afetar a atividade daqueles;
- d) Garantir o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados.

Cláusula 6

(Obrigações do subcontratante)

Constituem obrigações do subcontratante, designadamente:

- a) Restringir o tratamento dos dados pessoais ao que for imprescindível à execução do contrato, salvo mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento;
- b) Não copiar, replicar ou reproduzir por qualquer meio os Dados Pessoais a que terá acesso sem autorização escrita do responsável pelo tratamento;
- c) Adotar e manter em vigor as medidas técnicas e organizativas de segurança adequadas para garantir a proteção dos Dados Pessoais à guarda do Responsável pelo Tratamento;
- d) Manter os Dados Pessoais à guarda do Responsável pelo Tratamento separados de quaisquer outros dados que trate por conta de terceiros;
- e) Fornecer toda a informação que lhe for solicitada, quer pelo Responsável pelo tratamento, quer pela Autoridade de Controlo, relativamente ao tratamento dos dados, cujas finalidade e âmbito se encontram definidas na cláusula dois;
- f) Adotar políticas de segurança e privacidade;
- g) Obter as certificações exigidas legalmente, sempre que tais certificações contribuam de forma significativa para a proteção de dados pessoais;
- h) Garantir, em conjunto com o Responsável pelo Tratamento, o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados;
- i) Facilitar e contribuir para auditorias, inclusive inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;
- j) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- k) Consoante a escolha do responsável pelo tratamento, apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 7

(Segurança da informação relativa a dados pessoais)

Conforme previsto no artigo 32.º do RGPD, o Responsável pelo Tratamento e o Subcontratante aplicarão as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, incluindo, consoante o que for adequado:

- a) A pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;
- b) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- c) Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
- d) Existir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

Cláusula 8

(Confidencialidade)

1. Para efeitos do presente Acordo, os Outorgantes obrigam-se a não divulgar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas atribuições.
2. Os Outorgantes asseguram que quem acede a Dados Pessoais está sujeito a obrigações legais de confidencialidade, ou assumiram um compromisso de confidencialidade, consoante o aplicável ao tratamento de dados que efetuam.
3. A obrigação de confidencialidade prevista, vincula os Outorgantes durante a vigência do contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da cessação.

Cláusula 9

(Transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais)

O Subcontratante não transferirá dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto mediante instrução documentada do responsável pelo tratamento, ou a menos que seja obrigado legalmente a fazê-lo, informando nesse caso o Responsável pelo Tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

Cláusula 10

(Sub- subcontratação)

1. O Subcontratante não contrata outro Subcontratante sem que o Responsável pelo tratamento tenha dado, previamente autorização por escrito.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

2. O Subcontratante só pode contratar outro subcontratante que realize operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, por contrato ou outro ato normativo, sendo-lhe impostas as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados.
3. O Subcontratante reconhece que continua a ser plenamente responsável perante o Responsável pelo Tratamento pelo incumprimento das obrigações desse Sub-subcontratante.

Cláusula 11

(Violação de dados pessoais e requisitos de notificação)

1. O Subcontratante prestará assistência ao Responsável pelo Tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações em caso de violação de dados pessoais, como previsto nos artigos 33.º e 34.º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao seu dispor.
2. O Subcontratante notificará o Responsável pelo Tratamento da forma mais expedita possível, atentas as circunstâncias do caso concreto, de qualquer destruição acidental, não autorizada ou ilegal, perda, alteração ou divulgação ou o acesso a Dados Pessoais à guarda do Responsável pelo Tratamento (Violação de Segurança).
3. O Subcontratante tomará medidas imediatas para investigar a Violação de Segurança e para identificar, prevenir e mitigar os efeitos de uma eventual Violação de Segurança de acordo com as suas obrigações.

Cláusula 12

(Avaliações de impacto sobre a proteção de dados)

Quando solicitado, o Subcontratante:

1. Auxiliará o Responsável pelo Tratamento na concretização de qualquer avaliação de impacto sobre a proteção de dados.
2. Colaborará com o Responsável pelo Tratamento para a implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.
3. Elabora a avaliação de impacto quando os tratamentos constem de lista difundida pela CNPD nos termos n.º 5 do artigo 35.º do RGPD, conforme o Regulamento n.º 1/2018 relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos à Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados.

Cláusula 13

(Comunicações e notificações)

Quaisquer notificações formais relacionadas com este Acordo devem ser feitas por escrito, através de e-mail convencionado, ou por carta registada com aviso de receção.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 14 **(Indemnização)**

1. Sem prejuízo de qualquer outra indemnização prevista no Contrato Principal, em relação ao Tratamento de Dados Pessoais, o Subcontratante indemnizará o Responsável pelo Tratamento nos termos legalmente previstos.
2. O Subcontratante terá o direito de regresso sobre o Responsável pelo Tratamento de qualquer indemnização que seja obrigado a pagar por conta do Responsável pelo Tratamento, nos termos da legislação em vigor, quando a indemnização tiver origem numa conduta da responsabilidade do Responsável pelo Tratamento.

Cláusula 15 **(Duração)**

1. Este Acordo terá início na data da assinatura, e continuará em pleno vigor e efeito até ao término do contrato ou a conclusão do último dos serviços a serem executados nos termos do Contrato.
2. Após a data de início, as disposições do presente Acordo aplicar-se-ão a qualquer Tratamento de Dados Pessoais efetuados previamente à execução do Acordo, durante qualquer fase de transição ou migração.

Cláusula 16 **(Suspensão e/ou Resolução)**

1. A existência de fortes indícios de incumprimento do presente Acordo, de qualquer natureza, e/ou incumprimento dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a suspensão do contrato.
2. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, é causa bastante para a resolução do contrato.
3. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores, tem como consequência direta a cessação da execução do objeto do presente Acordo.

Cláusula 17 **(Lei aplicável e foro convencional)**

Este Acordo será regido e interpretado de acordo com o RGPD e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e estará sujeito à jurisdição exclusiva dos Tribunais Portugueses.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 18

(Diversos)

1. A designação das cláusulas e outros cabeçalhos no presente Acordo servem apenas para efeitos de conveniência de consulta e não farão parte ou afetarão de outra forma o significado ou a interpretação deste Acordo.
2. A menos que o contexto exija interpretação diferente, a referência à Legislação Aplicável deve ser interpretada como referindo-se à Legislação de Proteção de Dados aplicável, bem como às suas alterações ao longo do tempo.
3. As disposições deste Acordo são dissociáveis. Se qualquer cláusula ou disposição não for válida ou executável, total ou parcialmente, esta invalidade ou inexecutabilidade afetará apenas essa cláusula ou disposição e o resto do Acordo permanecerá em pleno vigor.